

A expansão da produção de soja gera mais desenvolvimento? Uma análise da microrregião de Canoinhas/SC

Milena Andréa Olival ^{(1)*}, Karolyna Marin Herrera ⁽²⁾

(1) Acadêmica do curso de Agronomia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina. Rod. Admar Gonzaga, 1346, Bairro Itacorubi, Caixa Postal 476, CEP 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil.

(2) Professora Adjunta, Depto de Zootecnia e Desenvolvimento Rural, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Rod. Admar Gonzaga, 1346, Bairro Itacorubi, Caixa Postal 476, CEP 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil.

* Autor Correspondente - E-mail: mi.olival@hotmail.com

Resumo

O Brasil, historicamente, é um país agroexportador, nas últimas décadas o agronegócio ganhou notoriedade, através da mídia, do Congresso Nacional e da academia. Com argumentos como a elevada participação no PIB, a movimentação da economia, a geração de riqueza e desenvolvimento, além do discurso de ser responsável por alimentar o mundo. Em contrapartida, esse setor é responsável pelo desmatamento, contaminação do solo e das águas, entre outros diversos impactos ambientais, além da violência e conflitos na área rural. Assim, o objetivo do presente trabalho é investigar e refletir se a expansão da produção de soja, na microrregião de Canoinhas, no estado de Santa Catarina, contribui para o desenvolvimento rural. Inicialmente foi realizada análise, através de dados secundários, dos indicadores como o PIB per capita, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Gini e a média salarial. Também foram realizadas entrevistas com técnicos especializados em grãos e análise do aumento da concentração de terras no estado e a substituição de outras culturas pela soja. Por fim, não foi possível concluir uma relação entre a expansão da soja na microrregião e o desenvolvimento rural, sendo necessário a realização de trabalho de campo e indicadores mais atualizados.

Palavras chaves: Agronegócio; soja; desenvolvimento rural sustentável

Abstract

Brazil, historically, is an agro-exporting country, in recent decades agribusiness has gained notoriety through the media, the National Congress and the academy. With arguments such as the high participation in the GDP, the movement of the economy, the generation of wealth and development, in addition to the discourse of being responsible for feeding the world. On the other hand, this sector is responsible for deforestation, soil and water contamination, among other diverse environmental impacts, in addition to violence and conflicts in the rural area. Thus, the objective of this work is to investigate and reflect on whether the expansion of soybean production in the Canoinhas microregion, in the state of Santa Catarina, contributes to rural development. Initially, an analysis was carried out using secondary data, of indicators such as GDP per capita, the Human Development Index (HDI), the Gini Index and the average salary. Interviews were also carried out with technicians

specialized in grains and analysis of the increase in land concentration in the state and the replacement of other crops by soybeans. Finally, it was not possible to conclude a relationship between the expansion of soybeans in the micro-region and rural development, requiring field work and more up-to-date indicators.

1. Introdução

O agronegócio no Brasil vem ganhando cada vez mais força nas últimas décadas, mais precisamente a partir dos anos 2000, segundo Caio Pompeia (2021). Com a demanda pelas commodities brasileiras no mercado internacional e ao mesmo tempo maior poder político dos seus líderes, o agronegócio ganhou notoriedade política e econômica, expressa na proeminência midiática, no Congresso Nacional e na academia.

Por um lado há o discurso predominante de alimentar o mundo e movimentar economia brasileira, por outro lado há inúmeras críticas a esse setor, como os impactos ambientais, já que esse modelo de agricultura, baseado na monocultura em grandes áreas, gera desmatamento, contaminação do solo e das águas, assim como violência e conflitos na área rural. De acordo com o relatório da Oxfam Brasil, 2.262 pessoas perderam suas vidas em conflitos no campo entre 1964 e 2010.

Este setor é dependente do capital fundiário, industrial e financeiro em toda a sua cadeia produtiva, associado ao elevado uso de tecnologias e importação dos insumos, além da imposição de um modelo de agricultura como único, perdendo os saberes tradicionais dos agricultores/as e comunidades tradicionais e causando enormes impactos sociais e ambientais.

Os impactos ambientais gerados são negligenciados com base no pretexto que o agronegócio movimenta a economia, tem alta participação no PIB, gera riqueza e desenvolvimento ao país. Este é um ponto a ser analisado, por onde o agronegócio se expande há desenvolvimento?

A definição de desenvolvimento gera um intenso debate, de um lado está atrelado apenas ao crescimento econômico, o qual é medido através de indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB per capita. Por outro lado, a ideia de desenvolvimento deve envolver outros aspectos, como o desenvolvimento humano, medido por indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). José Eli da Veiga (2005), ressalta a dificuldade da definição de desenvolvimento e como este termo foi utilizado como sinônimo de crescimento econômico:

“Até o final do século XX, os manuais que servem para transmitir às novas gerações o paradigma da ciência econômica convencional tratavam despidoradamente desenvolvimento e crescimento econômico como simples sinônimos. Quando o IDH começou a se afirmar mundialmente como um indicador mais razoável de desenvolvimento...”

Para Amartya Sen (2000, p. 18), o desenvolvimento está atrelado a ampliação da liberdade, e também enfatiza, em seu livro Desenvolvimento como liberdade que grande parte da população mundial é privada de liberdade, que inclui o acesso de qualidade aos

serviços públicos, como educação e saúde, a alimentos de qualidade e nutrição adequada, água e saneamento básico, entre outros.

“O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (...)”

No entanto, a ideia de desenvolvimento a partir das reflexões de Sen (2000) segue caminho oposto do modelo de desenvolvimento econômico do Brasil, o qual sempre foi pautado na exploração dos recursos naturais e exportação de matéria prima, como nos ciclos da cana de açúcar, do café, na mineração, e atualmente a soja. Como bem colocado por autores Marchesan e Comassetto (2019, p.21):

“Primeiramente, é importante reconhecer o processo de formação histórica-brasileira – vocação econômica agroexportadora pautada no processo de extrativismo (madeira, minérios, solos, águas) – ciclos econômicos (madeira, mineração, agrícola – café, borracha, algodão...). Este ciclo se repete continuamente no tempo e no espaço do território brasileiro. O Brasil é o único país do mundo a ter o nome associado à exploração de bens naturais (...)”

Esse mito da vocação econômica agroexportadora segue atualmente com a soja, a qual é o carro chefe do agronegócio brasileiro, ocupando mais de um terço da produção vegetal do Brasil. (IBGE, 2017).

Assim sendo, se faz necessário a reflexão sobre o modelo agroexportador e trazer à luz a ideia do desenvolvimento rural, o qual não possui uma única definição e sim diversas ações como a eliminação da pobreza rural; a inclusão dos atores sociais nas tomadas de decisões e na formação de políticas públicas; o território como unidade de referência; e a sustentabilidade ambiental (SHNEIDER, 2004, p. 95 e 96). O autor ressalta que para o desenvolvimento rural sustentável é necessário ir na contramão do modelo agrícola produtivista:

“o crescente interrelacionamento da agricultura com a sociedade, fazendo com que esta perceba que o rural pode fornecer muito mais do que alimento e matéria prima; definir um novo modelo agrícola capaz de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural; redefinir as relações entre indivíduos famílias e suas identidades, com estímulo à pluriatividade; redefinir o sentido da comunidade rural e as relações entre atores locais; novas ações de políticas públicas e o papel das instituições, que não sejam exclusivamente voltados a agricultura; considerar as múltiplas facetas ambientais, buscando garantir o uso sustentável e o manejo adequado dos recursos.

O aumento na qualidade de vida dos agricultores e agricultoras, a participação destes nas tomadas de decisões e na criação de políticas públicas que incentivem a agroecologia, a

agricultura familiar, a diversidade de produção de alimentos, a comercialização direta com consumidores, através de feiras e entregas de cestas, por exemplo. O estímulo para que o jovem continue na propriedade, evitando assim, o êxodo rural, e conseqüentemente a venda das pequenas propriedades para médios e grandes produtores os quais irão seguir a lógica do mercado e plantar aquilo que gera mais lucro, com menos risco e mecanização, como a soja, são algumas ações que contribuem para o desenvolvimento rural sustentável.

Em um trabalho realizado na região do MATOPIBA, região que engloba parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, (Favareto et al, 2019), os autores apresentam uma análise a respeito da expansão da soja na região e se questionam se há geração de riqueza e bem-estar à medida que a produção do grão aumenta. Este trabalho é inspirador no sentido de compreender a realidade social não somente por meio de análise de indicadores, mas também por meio da perspectiva da população afetada pela expansão do agronegócio na região.

O trabalho contou com a análise de mais de 70 indicadores a fim de elaborar uma tipologia territorial, foram dimensionados: demografia, PIB, renda, desigualdade, pobreza, esperança de vida e mortalidade infantil. Na segunda etapa foram realizadas mais de 150 entrevistas, com agricultores de diferentes estratos, poder público e representantes dos setores econômicos e da sociedade local, a partir da visita de quatro conjuntos de municípios, sendo um em cada estado (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Dessa forma, os municípios foram distribuídos em quatro grupos: Grupo A: municípios ricos, aqueles com produção elevada e indicadores superiores às médias de cada estado. Grupo B: municípios injustos, com elevada produção e indicadores inferiores à média de cada estado. Grupo C: municípios saudáveis, apresentam produção baixa, porém os indicadores sociais são superiores a média de cada estado. Por fim, Grupo D: pobre, baixa produção e indicadores inferiores à média de cada estado.

No total dos 337 municípios do MATOPIBA, 196 foram classificados no Grupo D (pobres); 67 estão classificados no Grupo B (injustos); apenas 45 municípios estão dentro do grupo A (ricos), e somente 29 deles estão classificados no grupo C (saudáveis). Ou seja, a maioria dos municípios são pobres (baixa produção e indicadores baixo), e mesmo aqueles com alta produção não apresentam bem-estar para sua população, a geração de riqueza e bem estar não corresponde à realidade do território, mais uma vez é concentrada apenas para uma elite, não contribuindo para o desenvolvimento do territorial. De acordo com os autores (FAVARETO et al., 2019, p. 354 e 355):

“...a análise aprofundada da dinâmica desencadeada com a produção da soja e outros cultivos associados não corroboraria o discurso predominante entre os agentes do setor e no senso comum de que o desmatamento representa um custo inerente ao progresso econômico e social da região. Diferente disso, a própria ideia de progresso econômico e social no Matopiba é que poderia ser posta em questão, à medida que, juntamente com a elevação da produção e, em menor grau, da renda – e, sobretudo, por conta do modelo econômico pelo qual isso se dá –, estaria ocorrendo um aumento da desigualdade, a geração de uma dinâmica econômica fortemente concentrada e especializada e, pois, com baixa resiliência

ambiental e baixa capacidade de criação de empregos e de laços econômicos locais.”

Nos parágrafos a seguir será feita uma breve contextualização do início da produção da soja no Brasil e quais os motivos fizeram com que essa oleaginosa ganhasse tanto espaço nas lavouras brasileiras.

2. A cultura da Soja no Brasil

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, o início da produção da soja no Brasil se deu ao final de 1960, na região Sul, como uma alternativa para cultura de verão em sucessão ao trigo, outro fator que contribuiu para a produção do grão foi o início da produção integrada da avicultura e suinocultura no Sul do país. Na década seguinte, o preço da soja disparou no mercado mundial, o que incentivou agricultores e o próprio governo, outro ponto favorável é a safra brasileira ser na entressafra americana, proporcionando a elevação de preços.

Ao final da década de 80 e principalmente na década de 90 deu-se início a investimentos tecnológicos para que a soja pudesse ser produzida em regiões de baixas latitudes, permitindo a produção nas regiões do Triângulo Mineiro, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia, o que possibilitou a expansão da soja no cerrado brasileiro, com áreas favoráveis à mecanização, além da possibilidade de expansão da fronteira agrícola. (EMBRAPA/ História da soja).

A evolução da produção na região centro-oeste é bem nítida nesta época, nos anos 1970 computa menos de 2% da produção nacional, passando para mais de 40% em 1990, chegando a cerca de 60% em 2003. Hoje o estado do Mato Grosso é o maior produtor nacional do grão, totalizando cerca de 30% da produção total de grãos do país na safra de 2021/22.

Na comparação dos últimos censos agropecuários, de 2006 e 2017, o aumento da produção deste grão no país é expressivo. A área colhida teve aumento de 72%, a quantidade produzida aumentou 123%, já o número de estabelecimentos aumentou apenas 9%, o que pode indicar um possível aumento na concentração de terras.

Na última safra (2021/22), segundo CONAB (2022) a área destinada a produção de soja foi de 41.452 milhões de hectares, com aumento de 9,9% em comparação à safra anterior (2020/21); a produção teve uma redução de 9,9%, com 125.552,3 milhões de toneladas, devido às questões climáticas de algumas regiões; a produtividade média apresentou redução de 14,1%, sendo de 3.029 kg/ha. As exportações foram de 77,2 milhões de toneladas em 2022, com aumento de cerca de 2 milhões em relação à safra passada.

O Brasil é o maior exportador e alcançou o primeiro lugar na última safra como o maior produtor de soja no mundo (CRUZ E SOUZA, 2017), com grandes incentivos do governo através de políticas públicas voltadas para o setor, isenções fiscais e legislação favorável. Um grande país exportador de *commodities*, com o discurso de alimentar o mundo, se omite da responsabilidade de alimentar a sua população. De acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, pesquisa realizada pela Rede Brasileira em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

(Rede PENSSAN), a fome atinge 33,1 milhões de brasileiros em 2022 e mais da metade da população encontra-se em insegurança alimentar. Entre os anos de 2004 a 2013 a fome estava presente em 4,2% dos lares brasileiros, essa diferença alarmante é devido aos desmontes de políticas públicas, aumento das desigualdades sociais e a pandemia da Covid-19. Nas palavras da médica e pesquisadora da Rede PENSSAN, Ana Maria Seggall:

“A pandemia surge neste contexto de aumento da pobreza e da miséria, e traz ainda mais desamparo e sofrimento. Os caminhos escolhidos para a política econômica e a gestão inconsequente da pandemia só poderiam levar ao aumento ainda mais escandaloso da desigualdade social e da fome no nosso país”

Nas áreas rurais 60% dos domicílios convivem com a insegurança alimentar em algum grau, sendo que destes 18,6% das famílias e 21,8% dos domicílios de agricultores familiares e pequenos produtores passam fome. Novamente a falta de políticas públicas voltadas aos agricultores familiares contribuíram para esse cenário. (Rede PENSSAN, 2022).

Dessa forma, o presente trabalho busca analisar os indicadores secundários do agronegócio brasileiro na microrregião de Canoinhas, região do estado de Santa Catarina com maior expansão da produção de soja para grãos nos últimos anos, a fim de verificar se o aumento na produção de soja contribuiu para o desenvolvimento rural da região.

3. Objetivo

3.1. Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é investigar e refletir se a expansão da produção de soja gera desenvolvimento em Santa Catarina, mais especificamente, a análise recai sobre a microrregião de Canoinhas.

3.2 Objetivos específicos

- Análise de dados secundários de desenvolvimento da microrregião de Canoinhas;
- Comparação dos indicadores com a média do estado e nacional;
- Análise de outros indicadores socioeconômicos;
- Análise do índice de Concentração de terras;
- Verificação dos dados das áreas destinadas aos principais alimentos que fazem parte da alimentação da população brasileira, como mandioca, arroz e feijão;
- Entrevistas com técnicos especialistas em grãos em Santa Catarina para compreender os motivos da expansão da soja na microrregião.

4. Metodologia

Foi feita a análise de dados secundários de indicadores como o PIB per capita, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o índice de Gini e a média salarial, da microrregião de Canoinhas, sendo está a região com a maior área plantada de soja para grãos nas últimas safras no estado catarinense. Os indicadores foram comparados às médias do estado e do país.

Posteriormente foi realizada uma pesquisa bibliográfica em relação ao índice de concentração de terras, a diminuição das áreas plantadas com os principais alimentos presentes na dieta da população brasileira, e o aumento das áreas de soja, além da empregabilidade na área rural no estado de Santa Catarina. Para um melhor entendimento a respeito do aumento da produção de soja na microrregião foram realizadas duas entrevistas por meio do Whatsapp em Outubro de 2022 com especialistas em grãos do estado de Santa Catarina, sendo um deles de Florianópolis e outro da microrregião de Canoinhas. A entrevista realizada foi elaborada com 6 perguntas, com o intuito de entender como e porque a produção de soja está aumentando na microrregião de Canoinhas, o roteiro de entrevista encontra-se no ANEXO A.

5. Produção de grãos em Santa Catarina

A produção de soja no estado de Santa Catarina não é tão significativa quando comparada a outros estados como Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná e Goiás, principais produtores do grão na safra 2021/22, de acordo com o levantamento realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Entretanto, a soja vem ganhando cada vez mais espaço nas lavouras catarinenses e em outras regiões como no MATOPIBA.

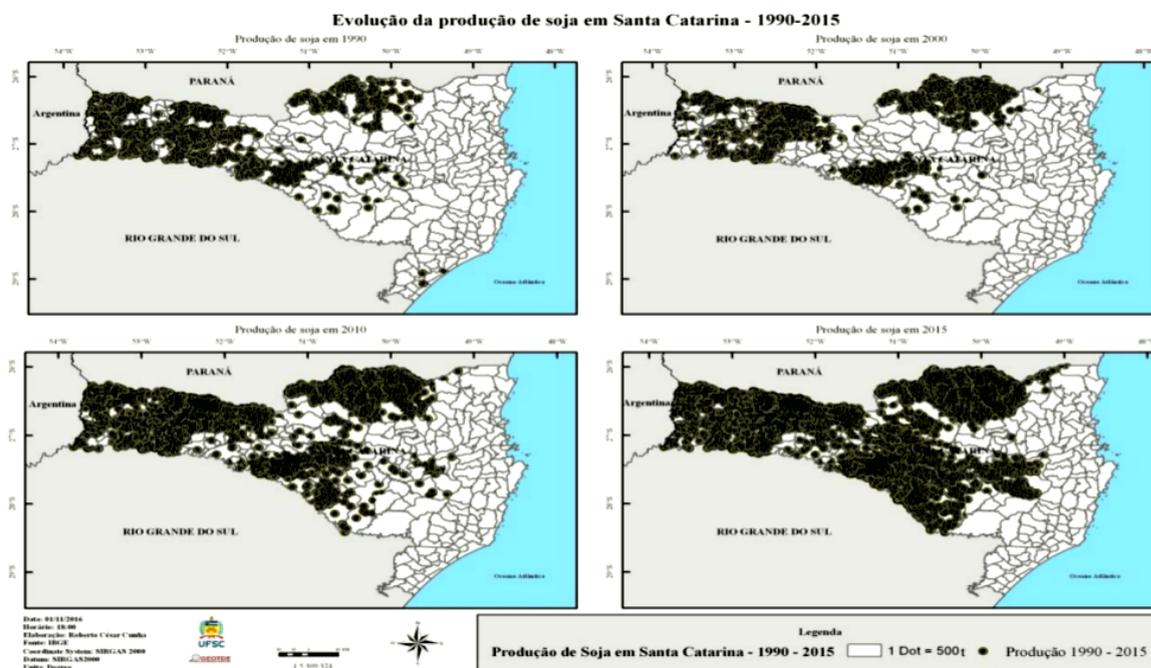
Santa Catarina difere da maioria dos estados brasileiros em relação às propriedades rurais, principalmente por conta do relevo e a forma de ocupação das terras, o que impossibilitou a mecanização intensa e os grandes latifúndios, sendo um estado caracterizado pela agricultura familiar com pequenas e médias propriedades e diversidade na produção de alimentos. Assim salienta Elias et al (2019):

“A agricultura de Santa Catarina se diferencia dos demais estados brasileiros em função da divisão do estado em propriedades de menor tamanho. Esta estrutura produtiva diversa fez com que a economia agrícola catarinense tenha sido moldada a partir de um sistema de produção e trabalho vinculados à unidade de produção familiar. O estado de Santa Catarina possui 92% dos estabelecimentos agrícolas de agricultura familiar, assim como 58% da área e 68% da renda. No que concerne à renda média por estabelecimento e renda média por hectare, R\$ 24,1 mil e R\$ 1.231 respectivamente, ambas são superiores aos demais estados brasileiros (IBGE, 2017).

Apesar das características citadas acima, pode-se observar um aumento nas áreas destinadas à monocultura como a soja, como bem salientado por Cunha e Cruz (2017), a partir de um levantamento realizado entre os anos 1990 a 2015 (IBGE), a evolução das áreas cultivadas com soja no estado cresceu consideravelmente. As principais regiões sojícolas

eram o Oeste e o Vale do Rio do Peixe, nas últimas décadas a cultura se expandiu para outras regiões, como planalto serrano e planalto norte, como pode ser observado na figura abaixo:

Figura 1: Evolução da produção de soja em Santa Catarina



Fonte: Cunha e Cruz (2017)

O aumento nas áreas plantadas de soja reflete em outros fatores, como o aumento da concentração da riqueza e da terra em alguns municípios. De acordo com Godoi, Bazzanella e Vargas (2021), um levantamento realizado com base no Censo Agropecuário de 2017, dez municípios¹ da região do Planalto Norte Catarinense, os quais fazem parte da associação Amplanorte², apresentaram de 6 a 8,5% da sua área total destinada à agricultura, sendo a sua maioria a agricultura familiar. O estudo concluiu que, dentre os municípios, Canoinhas apresenta elevada concentração de riquezas, juntamente com Mafra, além de maior número de propriedades acima de 200 hectares. Outro ponto a ser observado é o fato do setor de serviços estar em primeiro lugar na origem do PIB desses municípios, seguido pela indústria e por fim pelas atividades agropecuárias.

Os mesmo autores compilaram dados como problemas sociais, concentração de terras, proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza, a partir da plataforma Mandala ODS, entretanto, diferentemente do que foi relatado no estudo realizado pela Oxfam Brasil, “Terrenos da Desigualdade, Terra, Agricultura e Desigualdades no Brasil Rural” não há relação entre grandes propriedade de terra e baixo IDH nos municípios do Planalto Norte analisados pelos autores, situação diferente das demais regiões brasileiras.

¹ Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras.

² Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense.

A modernização da agricultura, que se deu no Brasil a partir de 1950 e posteriormente o aumento exponencial na produção e nas exportações da soja, contribuiu para a diminuição dos postos de trabalho. Entre o período de 2006 a 2016 a cultura da soja teve uma diminuição de 21% dos empregos formais na região Sul, em Santa Catarina essa redução foi de 53%. (HUDLUND; MARUJO; MELO, 2021, p. 293 e 294).

“Desde o início do desenvolvimento tecnológico, o crescimento no setor agrícola tem sido constante e dinâmico até os dias atuais. Com olhar para ao período estudado (2006-2016) verifica-se que a taxa de empregos formais no campo tem diminuído cada vez mais. Principalmente com a elevação da demanda de exportação de soja que exige uma produção acelerada.”

O aumento nas áreas de soja no estado tem levado a diminuição das áreas destinadas à produção de outras culturas, de acordo com a EMBRAPA, no Diagnóstico da Produção de Soja na Macrorregião Sojícola 1 (2019), nas décadas de 1980/90 o milho ocupava cerca de 730,4 mil hectares e o feijão 258,5 mil hectares, enquanto a soja representava 301,1 mil hectares no oeste catarinense, na safra 2016/17 ocorreu um pequeno aumento na área de soja, com 338,1 mil hectares, entretanto houve uma redução significativa nas áreas de milho e feijão, sendo 206,5 mil hectares de milho e apenas 31,7 mil hectares de feijão.

Na mesorregião Norte de Santa Catarina a área de produção de milho na safra 1989/90 era de 82,7 mil hectares; a de arroz de 28,1 mil hectares; a soja com 33,9 mil hectares; e o feijão com 35,8 mil hectares. Na safra 2016/17 a área de soja era de 148,6 mil hectares, enquanto as áreas destinadas às culturas de milho, arroz e feijão apresentaram redução. Estas análises apontam não apenas o aumento das áreas de soja, mas também a diminuição das áreas que antes eram destinadas à produção de arroz e feijão, os principais alimentos da dieta dos brasileiros.

São observadas mudanças em relação à estrutura agrária do estado, uma análise realizada pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa), com base no último Censo Agropecuário (2017), verificou-se diminuição no número de estabelecimentos agropecuários, principalmente nas propriedades com menos de 50 hectares, nas últimas décadas, porém aqueles estabelecimentos com mais de 100 hectares apresentaram aumento, apesar de pequeno, pode-se concluir mudanças na concentração de terras no estado.

Essa mesma análise demonstra que os estabelecimentos abaixo de 10 hectares ocupam 5% da área total e representam 37% do total de estabelecimentos, com mais de 67 mil estabelecimentos, por outro lado apenas 1.447 estabelecimentos, aqueles com mais de 500 hectares, dispõem de 30% da área total.

Outro ponto a ser considerado é em relação a cadeia produtiva de aves e suínos do estado. Em um primeiro momento, acreditava-se que a produção de soja no estado apresentaria uma logística diferente das demais regiões produtoras do grão no país, sendo destinada a fabricação de ração para o suprimento das cadeias de aves e suínos, já que Santa Catarina é um estado com uma forte cadeia produtiva desses animais, entretanto o destino da soja segue o mesmo do restante do Brasil, a exportação, principalmente para a China, ou seja, com o aumento do dólar, e a financeirização do complexo soja é mais vantajoso ao produtor

exportar a soja e o milho, o que acaba encarecendo a alimentação de aves e suínos, já que para suprir esta cadeia produtiva é necessário a compra de grãos de outros estados ou de outros países. A base da alimentação de aves, cerca de 85%, é composta por milho e soja, sendo que grande parte destas rações são fornecidas pelas empresas integradoras e cooperativas. Na avicultura, a alimentação chega a representar até 60% dos custos de produção, prejudicando os principais setores do agronegócio catarinense. (GIAROLA e JÚNIOR, 2020).

6. Principais municípios produtores de soja em Santa Catarina

O Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (CEPA) divulgou os principais municípios produtores de soja de Santa Catarina, referente à safra de 2021/22. Em área plantada, a microrregião de Canoinhas, a qual é composta pelos municípios Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Santa Terezinha, Timbó Grande e Três Barras, lidera o ranking com 157.201 hectares e produção de 541.480,00 toneladas da soja em grão, como pode ser observado na figura abaixo:

Tabela 1: Área, produção e rendimento de soja nos municípios da microrregião de Canoinhas/SC

nom_municipio	Area Atual Plant (ha)	Qtde Atual Prod (t)	Rend Medio Atual (kg/ha)
Mafra	32.000,00	109.000,00	3.406,25
Canoinhas	28.000,00	100.400,00	3.585,71
Itaiópolis	20.600,00	67.200,00	3.262,14
Papanduva	15.800,00	54.180,00	3.429,11
Irineópolis	13.600,00	48.240,00	3.547,06
Major Vieira	13.300,00	46.130,00	3.468,42
Porto União	7.900,00	28.310,00	3.583,54
Bela Vista do Toldo	7.200,00	24.550,00	3.409,72
Três Barras	7.200,00	26.340,00	3.658,33
Santa Terezinha	5.700,00	17.900,00	3.140,35
Monte Castelo	5.600,00	18.330,00	3.273,21
Timbó Grande	301,00	900,00	2.990,03
Total	157.201,00	541.480,00	3.444,51

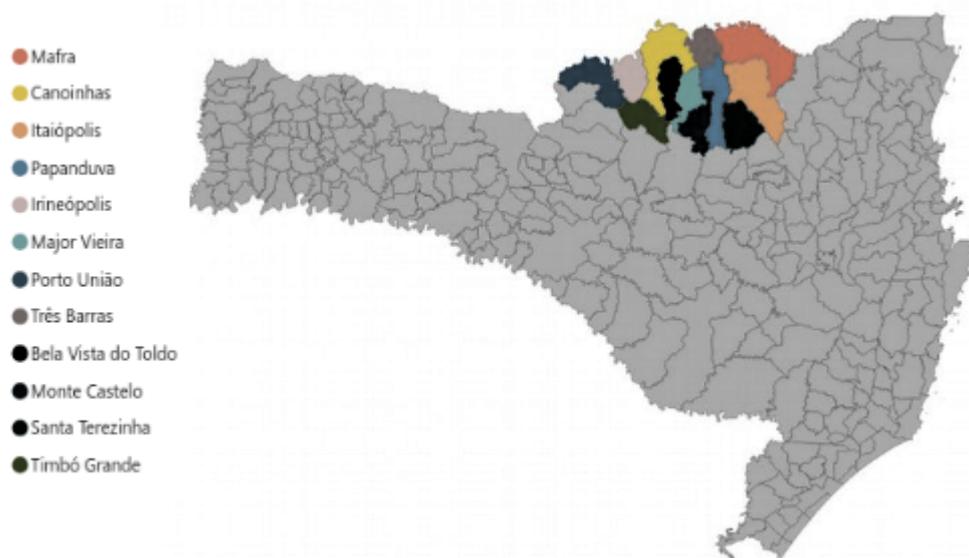
Fonte: Cepa (2022)

6.1 Descrição da microrregião de Canoinhas

A microrregião de Canoinhas, encontra-se situada na mesorregião norte do estado de Santa Catarina, compõe o total de 12 municípios: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Santa Terezinha, Timbó Grande e Três Barras. Com população total de 243.739 habitantes, sendo 81.879 residentes na área rural e 161.860 na área urbana. (IBGE, 2014).

Essa microrregião faz parte do território do Contestado, território este que engloba também as regiões norte e centro-oeste de Santa Catarina. Quando contrastado as outras 20 microrregiões catarinense apresenta o terceiro pior IDH, por consequência das atividades extrativistas e da concentração fundiária. (TOMPOROSKI E BONFIM, 2021)

Figura 1: Mapa microrregião de Canoinhas:



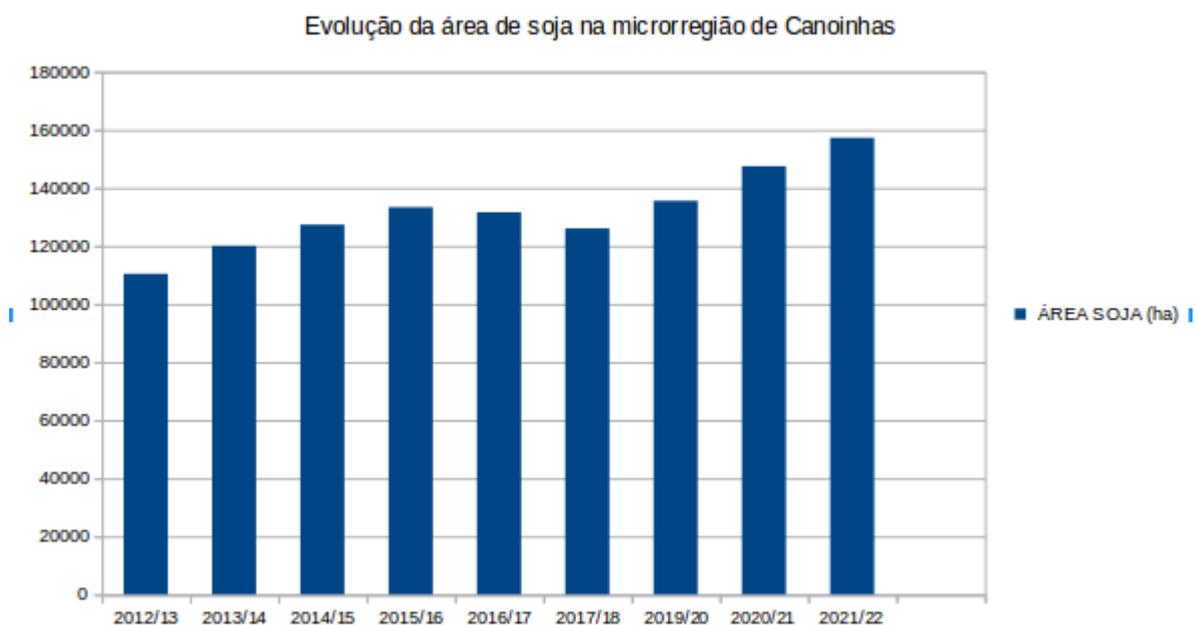
Fonte: CEPA (2022)

O desenvolvimento do Planalto Norte Catarinense está vinculado ao processamento da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), com a maior parte da extração proveniente de fragmentos florestais naturais. A atividade agropecuária tem significativa participação no PIB dos municípios desta região (PRESSADINI, KNOP, PERCIAK). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), dos 12 municípios, cinco deles têm a agropecuária como a principal atividade econômica, são eles: Itaiópolis, Irineópolis, Major Vieira, Bela Vista do Toldo e Santa Terezinha. Outros cinco municípios têm o serviço como a principal atividade econômica, sendo eles: Mafra, Canoinhas, Papanduva, Porto União e Monte Castelo. E por fim, dois municípios, Três Barras e Timbó Grande, possuem a indústria como a principal atividade econômica.

Os principais produtos agrícolas produzidos na microrregião são: soja, fumo, milho grão e silagem, trigo, feijão, entre outros. A soja, na safra atual (2022/23), conta com 153.300 hectares de área plantada até o momento, enquanto o fumo, o qual ocupa o segundo lugar em área plantada, conta com apenas 35.870 hectares. (CEPA/INFOAGRO, LUCA, 2022).

Ao comparar os últimos censos agropecuários e dados das últimas safras (CEPA/INFOAGRO, 2022) foi detectado aumento na produção de soja em todos os municípios pertencentes à microrregião de Canoinhas. Na safra de 2012/13 a área destinada à produção de soja era de 110.380 hectares, na safra 2021/22 esse aumento foi de mais de 40% chegando a 157.201 hectares.

Figura 2: Evolução da área de soja na microrregião de Canoinhas



Fonte: CEPA/INFOAGRO

6.2 Análise dos indicadores da microrregião de Canoinhas

Neste tópico irei analisar o PIB per capita, o IDH, a média salarial, o índice de Gini, a porcentagem de pessoas que vivem com até meio salário mínimo, a fim de verificar os indicadores dos municípios da região com os indicadores estaduais e nacionais. Abaixo demonstro em uma tabela os indicadores analisados.

Tabela 2: Análise dos indicadores:

	Área soja (ha) - Safra 21/22	Pib per capita R\$ (2019)	IDH (2010)	Média salarial (2020) salário mínimo	Índice de Gini (2010)
Mafra	32.000	35.073,85	0,777	2,3	0,4940
Canoinhas	28.000	32.281,64	0,757	2,3	0,5043
Itaiópolis	20.600	35.669,31	0,708	2,1	0,5099
Papanduva	15.800	31.485,54	0,704	2	0,4791
Irineópolis	13.600	29.850,57	0,699	2,3	0,5498
Major Vieira	13.300	25.986,61	0,690	2,4	0,4763
Porto União	7.900	21.990,79	0,786	1,9	0,5421
Bela Vista do Toldo	7.200	24.209,07	0,675	2,1	0,4748
Três Barras	7.200	59.705,74	0,706	3	0,4771

Santa Terezinha	5.700	9.825	0,627	1,5	0,5973
Monte Castelo	5.600	21.075,78	0,675	1,7	0,3925
Timbó Grande	301	24.138,59	0,659	1,8	0,4800
Santa Catarina	767.008	45.118,41	0,774	2,7	0,44
Brasil	—	35.161,7 (2019)	0,727	2,9	0,53

Fontes: IBGE (2010, 2019, 2020), IPEA, PNUD E FJP (2013), CEPA (2022) e DATASUS (2010)

*Índice de Gini é um indicador que mede o grau de concentração de renda, varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 0 menor a desigualdade.(IPEA, 2004).

*O IDH engloba diversos indicadores, varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento humano. (IPEA, 2008).

Ao comparar o PIB per capita dos municípios com a média nacional e estadual observa-se uma diferença significativa. O estado catarinense apresentou, no ano de 2019, PIB per capita de R\$ 45.118,41, sendo acima da maioria dos municípios analisados neste trabalho, apenas Três Barras apresenta PIB acima da média estadual. Em comparação aos municípios com maior área plantada de soja, este ocupa a oitava posição, juntamente com Bela Vista do Toldo, conforme pode ser observado na tabela acima, não sendo, portanto, tão expressiva a área destinada à produção de soja. Em relação ao PIB per capita nacional a lógica se repete, a maioria dos municípios da região apresentam PIB inferior, com exceção de Mafra, Itaiópolis e Três Barras.

Apenas os municípios de Mafra e Porto União apresentam IDH superior à média estadual (0,774), e nove dos 12 municípios apresentam IDH inferior à média nacional (0,727). A capital do estado, Florianópolis, apresentou IDH de 0,847. Vale ressaltar que o último levantamento do IDH foi realizado no ano de 2010, sendo necessário dados mais atuais para analisar alguma relação entre os indicadores. Já a média salarial do ano de 2020 demonstrou diferença entre os municípios, sendo inferiores, com exceção de Três Barras, quando contrastados com o salário médio no estado e no país, com 2,7 e 2,9 salários mínimos respectivamente.

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, o índice de Gini de concentração de renda no ano de 2010 foi de 0,53, enquanto em países desenvolvidos, como Portugal e Noruega, este índice foi de 0,36 e 0,26, respectivamente, no ano de 2012. O estado de Santa Catarina apresentou menor desigualdade no país, com índice de Gini de 0,44, apesar de ser um bom indicador quando comparado com outras regiões do Brasil ainda muito distante dos países com menor desigualdade de renda (NEVES et al, 2015). Dos municípios analisados no presente trabalho apenas Monte Castelo apresentou índice de Gini acima da média estadual, enquanto Irineópolis, Porto União e Santa Terezinha, apresentaram índice abaixo da média nacional. Ou seja, a partir destas análises, pode-se detectar que há uma expressiva concentração de renda presente nos municípios analisados.

Ao analisar os indicadores e a área destinada à produção de soja em cada um dos municípios, não foi possível constatar uma relação precisa entre eles. Neste sentido, é

possível aferir que considerar apenas os indicadores não é suficiente para constatar se há desenvolvimento na microrregião de Canoinhas. Ou seja, não necessariamente os municípios com maior área de soja apresentam os melhores indicadores, apesar de ser identificado um certo padrão onde os municípios com maior área plantada de soja apresentam maior PIB per capita e melhor IDH. Não sendo uma regra, pois Três Barras por exemplo, que tem uma área menor destinada à produção de soja e um PIB elevado, muito acima da média nacional e estadual, porém o IDH é inferior quando comparado aos principais municípios produtores do grão.

7. A análise dos indicadores é suficiente para constatar o desenvolvimento rural?

Ao verificar os indicadores verifiquei que os dados analisados na seção anterior não são suficientes para compreender a realidade socioeconômica da microrregião. Afinal, o que eleva o PIB da região? Quais os motivos para um IDH relativamente elevado de alguns dos municípios quando comparados com a média estadual e nacional? Como analiso a participação da indústria e serviços nestes indicadores? Como afirmar que a qualidade de vida da população melhorou? Estas são somente algumas questões sem resposta precisa, ainda teriam os questionamentos vinculados à própria produção, qual ou quais fatores permitem a expansão da produção de soja, seria a procura dos produtores por maior renda?

Lendo o trabalho de Favareto et al (2019) fiquei convencida de que a saída mais apropriada para responder tais questionamentos seria o trabalho de campo. Somente uma análise qualitativa com parâmetros adequados e com a análise da perspectiva de diversos atores sociais, tais como, agricultores e agricultoras rurais de diferentes estratos, comunidades tradicionais, agentes públicos e privados, dentre outros, seria possível analisar de maneira adequada a relação entre a expansão da soja e o desenvolvimento rural .

Contudo, dada a limitação de tempo e de recursos para a conclusão deste trabalho não foi possível realizar trabalho de campo. Para qualificar minha reflexão, decidi entrevistar dois técnicos especialistas para compreender os motivos da expansão da soja e sua relação com o desenvolvimento rural.

Com relação à expansão da soja na microrregião, os entrevistados avaliam que ocorreu e está ocorrendo uma grande expansão da soja nos últimos anos. Entendem que a entrada de cooperativas e empresas privadas refletem o interesse no aumento da produção, pois a região é favorável para a expansão da soja por apresentar áreas mais planas, possibilitando a mecanização. Outros fatores que contribuem para a expansão são o clima, a proximidade com os portos, o que facilita a exportação; e principalmente pela dolarização da soja, pois financeiramente e com toda a ajuda do estado brasileiro, a produção de soja gera maior lucro que outros cultivos.

Os entrevistados também afirmam que a produção de soja está substituindo a produção de outras culturas, como o milho, o fumo, o feijão e está se expandindo em áreas de reflorestamento, com pinus e eucalipto, pois produzir soja é mais vantajoso ao produtor. E, o mais impactante mencionado por eles, há elevado desmatamento para aumentar a área de soja na região.

Já em relação aos indicadores socioeconômicos da região os entrevistados afirmaram que não acompanharam os mesmos nos últimos anos, aliás esse é um ponto importante,

tem-se inúmeras fontes sobre dados quantitativos da produção de soja, em relação por exemplo a área plantada, produtividade, produção, comparativo entre as safras, entretanto os dados relacionados a indicadores sociais ou não tem ou são defasados.

No que diz respeito à percepção dos entrevistados sobre a expansão da produção de soja e sua relação com o desenvolvimento rural sustentável os entrevistados afirmaram que levando em conta apenas o fator econômico sim, há um aumento de recursos circulante, que acaba movimentando o comércio, mas em contrapartida há diminuição da diversidade de produção, o dinheiro deixa de circular na região, através da comercialização local dos pequenos produtores; pequenos produtores acabam arrendando suas terras, além da preocupação com a falta de produção de alimentos como leite, feijão, olericulturas, pequenos animais. Um dos entrevistados foi bem direto: “ Há desenvolvimento, para poucos, a maioria das pessoas não usufruem desse possível desenvolvimento”.

Além disso, se pensar que a lógica da produção de soja é a expansão da área plantada, pode-se afirmar que não há boas práticas de manejo e nem tecnologia, pois o correto, segundo um dos entrevistados, seria focar em aumentar a produtividade, ou seja, aumentar a produção por hectare, e não aumentar os hectares para aumentar a produção, e a lógica dos produtores é sempre aumentar a área plantada, esse é um dos motivos do desmatamento para produzir soja, situação como a observada na região ocorre em quase todo o território brasileiro.

A última pergunta questiona se a produção de soja ocorreu pelos próprios agricultores da região ou por agricultores de outras regiões como o Paraná, considerando a proximidade. Os entrevistados concluíram que a grande maioria são produtores da região, vale ressaltar que não houve aumento no número de produtores, e sim o aumento na área destinada à produção de soja.

Neste sentido, as entrevistas que realizei para entender melhor a situação da região corrobora o que mencionei na seção anterior, que não é possível afirmar através da análise de dados secundários que a expansão da produção de soja traz desenvolvimento. Para compreender a relação entre a expansão de soja e o desenvolvimento rural se faz necessário um trabalho de campo qualitativo.

Seria interessante, portanto, um trabalho de campo que colhesse informações quantitativas e qualitativas, a exemplo do estudo mencionado acima, para analisar o impacto da produção da soja na microrregião. O resultado de pesquisa de Favareto et al. (2019) sugere que a realidade não é a que aparece nos dados secundários, principalmente no resultado do PIB, indicador tão celebrado e tão comentado pelo agronegócio.

8. Conclusão

Por fim, conclui-se que não é suficiente analisar o agronegócio apenas por dados secundários dos municípios, pois como já relatado por diversos autores, apenas o crescimento econômico não significa necessariamente desenvolvimento, especialmente em países da periferia do capitalismo, como o Brasil, onde historicamente foi construído com extremas desigualdades da sua população. Além do mais, é necessário dados mais atualizados de indicadores como o IDH, índice de Gini, assim como pesquisas à campo nos municípios da

microrregião de Canoinhas, a fim de concluir se a expansão da soja está gerando desenvolvimento rural sustentável.

Então, porque o setor do agronegócio reitera constantemente a importância do agronegócio para o PIB? Uma participação elevada no cálculo deste indicador significa mais desenvolvimento para a população? Por outra perspectiva vale o questionamento do próprio cálculo do PIB do agronegócio, já que na metodologia do cálculo é incorporado os insumos agrícolas, os quais são totalmente dependentes da importação de outros países, e que também são isentos de diversos impostos (JUNIOR E GOLDFARB, 2021) e causam grandes impactos em todas as cadeias agrícolas do país, como pode ser observado recentemente na guerra da Ucrânia e Rússia. Além disso, dentro deste cálculo estão embutidos os serviços, a indústria e por fim a agropecuária, ou seja, o quanto realmente o agronegócio participa do PIB brasileiro?

Outras indagações se fazem necessárias em relação às arrecadações, créditos e perdão de dívidas. O crédito destinado ao agronegócio é muito elevado, principalmente quando comparado com as outras categorias. No Plano Safra 2019/2020 os créditos destinados às "demais" categorias (grandes produtores rurais) foi de 225 bilhões de reais, valor acima do ano anterior, representando 59,9% do total de créditos, com apenas 328.066 contratos; já para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi destinado 29 bilhões de reais, representando 12,8% dos recursos com 1.416.064 contratos; o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) recebeu 27,9 bilhões, com 12,4% dos recursos, e 186.363 contratos. Não é de se estranhar que a maior parte desse crédito é designado para a produção das principais commodities, pecuária, soja, cana, café e milho, e para as principais regiões produtoras.

No que concerne à arrecadação, o valor arrecadado é extremamente baixo, no ano de 2019, a agropecuária e atividades relacionadas arrecadaram 6 bilhões de reais, este valor corresponde ao orçamento de uma cidade de médio porte, como Sorocaba/SP. O comércio varejista arrecadou R\$ 112 bilhões, a educação R\$ 60 bilhões, até a fabricação de produtos têxteis arrecadou mais que o agronegócio, mais de 7 bilhões, e com mais geração de emprego.

Quando analisado o valor arrecadado sobre os produtos exportados, o agronegócio pagou um pouco mais de R\$ 16 mil reais em 2019, enquanto os valores das exportações chegaram a R\$ 96 bilhões. Essa baixa arrecadação se dá pela Lei Kandir (Lei nº 87, de 13 de setembro de 1996), onde produtos primários e semielaborados são isentos do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) na exportação. Além da isenção do ICMS, os grandes proprietários de terras ainda conseguem burlar o Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), o ITR (Imposto Territorial Rural), assim como o perdão de diversas dívidas geradas por eles.

Além do mais ao observar a forma de uso da terra, a qualidade de vida da população rural e até mesmo da urbana, pois rural e urbano estão conectados, o meio ambiente, o uso irresponsável dos agroquímicos, a contaminação das águas, a diminuição da produção de diversos alimentos, vale a pena seguir nesse modelo econômico agroexportador? Como bem colocado pelos autores JUNIOR E GOLDFARB (2021) esse modelo econômico é uma falácia para a própria economia capitalista, não favorece o crescimento econômico potencial. A exportação de matéria prima, e o foco exclusivo neste setor, não contribui para a soberania

do país, o qual é dependente da importação de produtos industrializados e tecnologias, pois o incentivo e a crença que o agro é tudo, impede o desenvolvimento de outros setores, como a indústria.

Vale ressaltar que o objetivo deste trabalho não é analisar o crescimento econômico, a solução, ao meu ver, não seria apenas aumentar a arrecadação com o pagamento de impostos pelo agronegócio, e/ou a reindustrialização do país a partir das commodities, e sim o desenvolvimento rural sustentável, as pautas ambientais, a agricultura familiar, a reforma agrária, a diversidade de produção de alimentos, os participação dos atores locais, dos pequenos/as agricultores/as como protagonistas, políticas públicas para a agricultura familiar. É repensar a história de um país que segue dizimando os povos indígenas e originários, que segue desmatando florestas, que tem 33 milhões de pessoas no mapa do fome, em nome de um setor que não contribui com o desenvolvimento humano e bem-estar da sua população e que continua mantendo ao longo dos séculos os grandes latifúndios e a monocultura.

Referências:

CENTRO DE SOCIOECONOMIA E PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - CEPA/EPAGRI. Acompanhamento de safras. Disponível em: <<https://www.infoagro.sc.gov.br/>> . Acesso em: 12 out. 2022.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. Acompanhamento da safra brasileira de grãos, set. 22, v. 9, nº 12. Acesso em 26 set 2022.

CUNHA, R. C. C.; CRUZ, W. L. M. Aspectos geoeconômicos da cadeia produtiva da soja no estado de Santa Catarina: produção e circulação. Geo UERJ. Rio de Janeiro, n, 31, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/26863>>. Acesso em 14 ago. 2022.

Data Sus. Índice de Gini da renda domiciliar per capita - Brasil. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>> Acesso em 29 out. 2022.

ELIAS, et al. As transformações da agricultura catarinense entre 1996 e 2017: evidências a partir da análise de componentes principais. In: 57º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2019, Ilhéus, BA.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Diagnóstico da produção de soja na macrorregião sojícola 1.** Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/212422/1/DOC-423.pdf>>. Acesso em 28 maio 2022.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **História da soja.** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/web/portal/soja/cultivos/soja1/historia>> . Acesso em 26 set. 2022.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERRARI, L. D. et al. As Mudanças estruturais na agricultura catarinense - Análises a partir dos censos agropecuários. Epagri/Cepa. 2019.

GIAROLA, P. C. M.; JÚNIOR, L. C. C. Um retrato da cadeia produtiva de carne avícola em Santa Catarina e no Brasil no início do século XXI. **Revista americana de empreendedorismo e inovação**. Paranaguá, v. 2, n. 2, 2020, p. 141-150. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/339725930_UM_RETRATO_DA_CADEIA_PRODUTIVA_DE_CARNE_AVICOLA_EM_SANTA_CATARINA_E_NO_BRASIL_NO_INICIO_DO_SECULO_XXI> Acesso em: 2 jun. 2022

GODOI, C. N; BAZZANELLA, S. L. VARGAS, L. P. Características socioeconômicas e agropecuárias nos municípios do Planalto Norte Catarinense. **Revista Baru - Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, v. 8, p. 16, fev. 2022. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/9290>>. Acesso em: 14 ago. 2022.

HUDLUND, H. H.; MARUJO, A. V.; MELO, A. J. Emprego formal e exportação: o caso da soja na região sul do Brasil. 2021. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 18, n. 4, out./dez. 2021**. Disponível em: <<http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2221>> . Acesso em 14 de ago. 2022.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. 96 p. - (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil). Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2375>> Acesso em 28 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo agro 2017. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/26036-soja-lidera-valor-de-producao-na-agricultura-com-r-104-bi.html>> Acesso em: 26 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>> Acesso em: 20 set. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA - Desafios do desenvolvimento, O que é? Índice de Gini. 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28>. Acesso em: 8 dez. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA - Desafios do desenvolvimento, O que é? IDH. 2008. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2144:catid=28>.

Acesso em: 8 dez. 2022.

JUNIOR, M. A. M.; GOLDFARB, Y. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. São Paulo, set. 2021. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>> Acesso em: 8 jun. 2022.

MALUF, RENATO S. J. (org.) Insegurança Alimentar e COVID-19 no Brasil. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021. Disponível em:

<<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>>. Acesso em 18 ago. 2022.

MARCHESAN, J.; COMASSETTO, V. Água e desenvolvimento regional: o caso da mesorregião oeste de Santa Catarina. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 19-38, ago. 2019. ISSN 2448-0460. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/7348/4109>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

NEVES et al. Análise do índice de Gini nos municípios de Santa Catarina em 2000 e 2010: uma abordagem exploratória de dados espaciais. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)**, v.09, n.2, p. 209-227, 2015. Disponível em: <<https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/145/160>> Acesso em 2 nov. 2022.

OXFAM Brasil, **Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural**, nov. 2016.

PEDRASSANI, Daniela; KNOP, Marisa Liller; PERCIAK, Jamile. Análise comparativa de lucratividade das culturas de erva-mate em relação a soja no Planalto Norte Catarinense. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 269-282. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/2717>>. Acesso em 1 nov. 2022.

SEN, A K. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, ja/jun 2001, p. 88-125. Acesso em 12 out 2022.

Sindicato da Indústria do Milho, Soja e seus Derivados no Estado de São Paulo - SINDMILHO & SOJA. Soja e suas riquezas. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/sindmilho/sobre-o-sindmilho/curiosidades/soja-e-suas-riquezas-historia/>> Acesso em 1 out. 2022.

TOMPOROSKI, A. A.; BONFIM, M. E. O patrimônio agrário no território do Contestado: Identificação e localização de bens agrários para a conformação de uma estratégia alternativa de desenvolvimento territorial. **Profanações**, ano 8, p. 1-22. 2021. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/2620>> Acesso em: 29 set. 2022.

VEIGA, JOSÉ ELI. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro, 2005.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO ENTREVISTAS COM TÉCNICOS DA ÁREA DE GRÃOS DE SANTA CATARINA

- 1) Como você observa a expansão da produção de soja na microrregião de Canoinhas nos últimos 5 anos?
- 2) Quais são os motivos desse aumento na produção de soja na microrregião?
- 3) Vc acha que está ocorrendo uma substituição da produção de outros cultivos pela soja? Quais cultivos?
- 4) Você chegou a acompanhar os indicadores socioeconômicos da região neste período?
- 5) Na sua opinião, a expansão da produção de soja contribui pro desenvolvimento rural (sustentável)?
- 6) A expansão da soja ocorreu pelos produtores da região ou produtores de outras regiões passaram a arrendar terras?